

V/L



Associação de Turismo Sustentável do Faial

Calçada da Conceição nº35

9900-082 Horta

atsf@atsf.pt

Exma. Senhora Presidente da
Comissão Especializada Permanente
de Política Geral

Horta, 20 de Junho 2023

ASSUNTO: Parecer da Associação de Turismo Sustentável do Faial no âmbito da Petição 53/XII – “Para Consulta Pública do projeto da 2.ª fase da Variante à cidade da Horta”

Em resposta ao vosso pedido de parecer e antes de partilharmos as nossas considerações sobre o propósito da petição, é importante destacar que a Associação de Turismo Sustentável do Faial reconhece a necessidade de melhorar a infraestrutura viária na ilha, sublinhado a importância de se criar uma variante que permita ligar de forma eficiente os dois extremos da cidade, sem passar pelo seu interior. Tal não nos impede, no entanto, de apresentarmos algumas críticas à forma como o processo de elaboração do projecto foi organizado, saltando etapas que nos parecem fundamentais para assegurar que são encontradas as melhores soluções e que as mesmas correspondem verdadeiramente às necessidades e aspirações dos cidadãos.

A Associação de Turismo Sustentável do Faial defende, como regra geral para o desenvolvimento de projectos públicos, a abertura dos mesmos à participação da população. Esse processo de auscultação e participação abrangente só é possível através de um genuíno mecanismo de apresentação e discussão das propostas.

PN.

Compreendemos que se trata de um processo que poderá ser mais alongado no tempo, mas acreditamos que uma participação abrangente melhora muito os projectos e os resultados, legitimando igualmente as decisões dos poderes públicos.

Infelizmente, a auscultação que é realizada no âmbito de obras públicas é muitas vezes limitada e visa acima de tudo cumprir a legislação quando a isso obriga, não possibilitando à população uma verdadeira compreensão do projecto, das suas implicações e do seu formato final.

É toda uma outra filosofia de desenvolvimento dos projectos (peças desenhadas, problematização de opções e alternativas) e de apresentação pública que é necessário fazer para que a participação da população seja interessante e efectiva. A má divulgação e um fraco desenvolvimento dos projectos são aspectos comuns que devem ser melhorados.

No caso em apreço, a “2a fase da Variante à cidade da Horta”, trata-se de uma obra muito importante para a ilha do Faial mas cujo processo de elaboração do projecto, lamentavelmente, não teve a transparência e o debate público que uma obra desta dimensão e impacto requer. O saltar de etapas e a desvalorização do debate público em torno da obra (certamente com a boa intenção de cumprir prazos de candidaturas e financiamentos) origina agora o protesto de vários cidadãos que, concordando com a importância da construção da 2ª fase da variante, discordam de vários aspectos concretos da obra projectada, considerando também que foram lesados nos seu direito à participação em tempo oportuno.

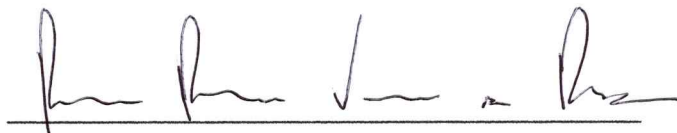
É importante referir que, muito embora haja uma unanimidade na sociedade faialense sobre a necessidade de construir a 2ª fase da variante, tendo em conta casos recentes e considerando o desconhecimento generalizado que existe na população sobre os detalhes deste projecto é expectável que, futuramente, à medida que a obra avance na sua concretização e os seus impactos urbanísticos e paisagísticos se evidenciem, novos focos de contestação surjam. Considerando a forma como o processo foi conduzido, temos que concordar que tal contestação, presente e futura, é legítima.

A unanimidade da opinião pública em torno da necessidade de se construir a variante não é só por si garante da aceitação do resultado final pela população, especialmente quando o projecto não é compreendido amplamente nas suas diversas dimensões e consequências. Veja-se o exemplo da construção do molhe norte do Porto da Horta, uma obra estruturante, que também reuniu, na altura, a unanimidade

da sociedade sobre a sua importância, mas que, pela forma como o projecto foi na realidade executado, é hoje alvo de permanente contestação pública.

Em conclusão, consideramos que a petição em causa é um sinal dos problemas referidos acima, sendo legítima a preocupação expressa pelos peticionários. Caberá agora aos responsáveis políticos reflectir sobre as consequências das opções tomadas e tirar as devidas ilações.

Com os melhores cumprimentos,

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, connected letters, positioned above a horizontal line.

Pedro Pereira Vieira da Rosa

Presidente da Direcção da Associação de Turismo Sustentável do Faial